



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



II DE AGOSTO  
EXBAIXA DA VENEZUELA  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO JANTAR  
OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA  
VENEZUELA, SENHOR LUIS HERRE-  
RA CAMPINS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República  
da Venezuela, Luís Herrera Campíns:

Fiquei profundamente sensibilizado com as palavras eloquentes e calorosas que acabamos de ouvir, fiel expressão da generosidade de Vossa Excelência.

Ao agradecê-las em nome do povo brasileiro — seu legítimo destinatário — desejo dizer-lhe que as recebemos como expressão dos vínculos cada vez mais profundos que nos unem a nossos irmãos venezuelanos.

Senhor Presidente,

Em meio às homenagens e provas de simpatia de que lhe dão testemunho, a cada momento, as autoridades e o povo do Brasil, pôde Vossa Excelência conhecer de perto as grandes instituições do País, cumprindo assim a primeira parte do seu programa entre nós.

Pessoalmente, Vossa Excelência terá verificado que é unânime e sincera a satisfação com que acolhemos sua honrosa visita.

Entre velhos amigos que se reencontram, as conversas costumam ser amplas e profundas. Amplas, pela necessidade de passar em revista o mundo e seus problemas; profundas, porque nos falamos diretamente, sem rodeios.

Foi essa atmosfera descontraída e de compromisso apenas com a verdade que nos levou tão longe na convergência de opiniões sobre as questões essenciais dos dias que correm.

Ao lançar os olhos ao panorama de luz e sombras que nos rodeia, coincidimos em que seu elemento principal é a inevitabilidade das mudanças.

As forças de transformação hoje se fazem sentir em duas direções principais.

A primeira é a da paz e segurança. Não apenas o adiamento, sempre precário, da guerra. Mas a paz verdadeira que permita inverter em definitivo, a espiral da corrida de armamentos e do equilíbrio de terror.

Tem havido, nesse caminho, retrocessos inquietantes provocados pela intervenção armada em países da periferia do sistema de força ou por ameaças de uso do constrangimento para inibir a autodeterminação de parceiros.

A cada um desses atentados correspondem abalos no frágil edifício da distensão internacional e um aumento nos níveis de confrontação ideológica.

Não que se possa ou deva ignorar que, no mundo atual, existem modelos de organização política e sócio-econômica estruturalmente diferentes.

Nem que se deseje evitar a escolha entre eles. De nossa parte, há muito fizemos opção irreversível pelo

modelo ocidental de estado democrático, de sociedade pluralista e aberta, de economia descentralizada de mercado.

A fidelidade à nossa escolha não nos inibe, porém, de reconhecer que nem tudo, neste vasto e complexo planeta, se reduz à questão de ideologia ou deve ser pesado e medido pelos seus parâmetros.

Erram os que subordinam ou condicionam a essa disputa a solução inadiável dos problemas ligados aos resquícios do colonialismo, ou a regimes racistas que atentam contra a consciência humana.

Da mesma forma, interesses estratégicos ou conceitos exagerados, elásticos e unilaterais de defesa preventiva não conferem, a país algum, a faculdade abusiva de violar a lei internacional e pôr a paz em perigo.

O segundo vetor de transformação histórica é a exigência e mecanismos corretivos das assimetrias e desequilíbrios do sistema internacional.

Se a liberdade foi a paixão que alimentou os movimentos de descolonização do século dezenove e do último pós-guerra, a igualdade é o anseio que domina hoje a pauta do debate internacional.

Não se trata, é claro, de desconhecer diferenças objetivas de recursos humanos ou materiais. O que se deseja é a mudança das estruturas atuais, que aprofundam o abismo entre países ricos e pobres, condenando estes últimos à desesperança perpétua da fome, da ignorância e da miséria.

Para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, já se viu que não bastam as engrenagens automáticas da presente organização econômica e comercial e o jogo, raramente livre, das forças do mercado.

Impõe-se um esforço planejado e vigoroso para atualizar as bases estruturais da ordem internacional, através da abordagem global e negociada dos temas do diálogo entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido.

Lembram-nos as Escrituras que «uma casa dividida contra si mesma não subsistirá». É ilusório pensar que se possa ingressar no terceiro milênio, já tão próximo, sem oferecer, ao menos, alívio à frustração das nações em desenvolvimento.

É por isso que não pode ser diluído o tratamento das questões Norte-Sul, nem rebaixada a sua prioridade.

Assim como, no plano político e de segurança, reconhecemos a procedência das apreensões diante de ameaças ideológicas, da mesma forma compreendemos a realidade da crise que afeta as grandes economias do Ocidente.

Acreditamos, contudo, que essas dificuldades, por graves que sejam, não justificariam sacrificar novamente as expectativas que se criaram nos países em desenvolvimento. Alenta-nos ver que esse ponto-de-vista, tantas vezes expressado pelo meu Governo, encontrou algum eco no recente encontro de cúpula de Ottawa.

Em relação à crise econômica ocidental, o diálogo com os países em desenvolvimento não é parte do problema, mas sim da sua solução.

Após a fantástica expansão da produção e do comércio que culminou no início da década de 70, a economia ocidental atingiu nível de saturação de consumo e de aguda competição interna. Sua dependência de mercados do Terceiro Mundo é cada vez maior.

Não há como duvidar, portanto, de que o revigoramento das economias menores venha a contribuir para um novo ciclo de aumento da produção industrial e do comércio nos países avançados.

Voltamos, portanto, ao ponto de onde partimos. A mudança não só é inevitável, mas desejável. Mudar de uma situação de tensão para uma de maior cooperação internacional. Transformar a estagnação do subdesenvolvimento em prosperidade para o conjunto do sistema.

Temos na memória as lições do passado recente: atrasar a mudança necessária será condenar-nos ao radicalismo, à veemência.

Para evitar que isso suceda, para garantir que a renovação se realize sob o signo da durabilidade e da solidariedade, é imprescindível que ela se faça dentro do jogo democrático.

É esse mais um terreno em que coincidem a Venezuela e o Brasil.

Cremos firmemente que, tanto em âmbito interno como no tocante à reforma do sistema internacional, só o diálogo poderá canalizar as mudanças por vias pacíficas e equilibradas.

Só a democracia poderá fazê-lo, porque nenhum outro sistema assegura a participação e o pluralismo de correntes, o respeito mútuo e a tolerância — condições para que as reformas correspondam à justiça e as transformações que acarretam sobrevenham sem opressão da maioria ou sacrifício de minorias.

Entre os muitos e importantes benefícios que nos traz a visita do mandatário de um país de tão admirável compromisso com a democracia, só este bastaria para

conquistar nosso reconhecimento: a presença de Vossa Excelência, Senhor Presidente, oferece oportunidade única para renovarmos a expressão de nossa inabalável confiança no livre debate, na conciliação de interesses, nas soluções pacíficas e construtivas, tanto dentro de nossas fronteiras quanto no cenário internacional.

Com esta profissão de fé, peço a todos que comigo brindem às fraternas relações entre o Brasil e a Venezuela, à prosperidade e bem-estar do grande povo venezuelano e à ventura pessoal e contínuos êxitos de Sua Excelência o Senhor Presidente Luis Herrera Campíns e sua Digníssima esposa.